

MUNICÍPIOS

Osório sanciona lei que cria Conselho e Fundo Municipal para a causa animal

Uma importante iniciativa de valorização da causa animal é realizada no município de Osório. A prefeitura instituiu, por meio de lei, o Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal e o Fundo Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal. O prefeito de Osório, Romildo Bolzan Júnior, o secretário municipal de Saúde, Luiz Genaro Figoli e o médico veterinário, responsável pelo Canil Municipal, Guilherme Dobbler, destacam a importância da iniciativa da nova lei que foi publicada nesta quinta-feira (28).

O Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal será um órgão governamental consultivo, propositivo e fiscalizador. "É um Conselho que vai fazer de forma inédita, aqui no município de Osório, a gestão democrática de todas as políticas que dizem respeito ao bem-estar animal. A entidade será fiscalizatória, consultiva, com participação ampla da sociedade. E a criação do Fundo vai prover melhor a aplicação de recursos na gestão pública e isso é fundamental", afirma o prefeito.

O Conselho será composto por nove membros titulares e respectivos suplentes, sendo três representantes do Poder Público (Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Saúde e um médico veterinário do serviço público municipal) e seis da sociedade civil.

Já Fundo Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal tem como objetivo assegurar recursos financeiros específicos para o financiamento das ações, programas e projetos voltados à proteção animal no município. "A criação do fundo permitirá maior aplicação dos recursos e vai viabilizar iniciativas como campanhas de castração, atendimento veterinário, ações educativas e combate aos maus-tratos", explica Guilherme. Ambas as propostas destacam que não haverá aumento de despesas para o município com a criação do conselho.

MUNICÍPIO DE ALEGRETE - RS
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2026/Meses Janeiro-Abril

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)		Em Reais		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		405.806.954,64		
Previsão Atualizada		405.974.624,84		
Receitas Realizadas		141.969.368,00		
Déficit Orçamentário		-		
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		16.846.898,39		
DESPESAS				
Dotação Inicial		404.912.585,83		
Dotação Atualizada		421.928.154,42		
Despesas Empenhadas		149.585.778,17		
Despesas Liquidadas		122.051.118,21		
Despesas Pagas		111.183.274,01		
Superávit Orçamentário		19.918.249,79		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o bimestre		
Despesas Empenhadas		149.585.778,17		
Despesas Liquidadas		122.051.118,21		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o bimestre		
Receita Corrente Líquida		340.312.734,65		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		339.314.734,65		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		335.755.456,65		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o bimestre		
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas		20.856.344,12		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		21.764.209,05		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		21.764.209,05		
Despesas Previdenciárias Pagas		21.753.235,92		
Resultado Previdenciário		-907.864,93		
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Pagas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)		
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha		9.935.010,83		
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		22.846.427,32		
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		13.131.555,44	5.586,58	8.589.537,90
		13.131.555,44	5.586,58	8.589.537,90
		0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		25.347.560,57	1.187.689,86	10.010.376,24
		25.317.075,05	1.187.689,86	10.002.591,69
		30.485,52	0,00	7.784,55
TOTAL		38.479.116,01	1.193.276,44	18.599.914,14
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)		Em Reais		
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		18.634.926,94	25%	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica		12.081.470,63	70%	
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)		0,00	0%	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		0,00	15%	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		13.807.065,25	15%	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		0,00		